

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Ragge Lucas de Sousa Fernandes

**Panorama Interpretativo Sobre a Economia Colonial na
América Portuguesa**

Varginha-MG
2022

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Ragge Lucas de Sousa Fernandes

Panorama Interpretativo sobre a Economia Colonial na América Portuguesa

Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador: Roberto Pereira Silva

Varginha-MG
2022

Resumo

Quando se pensa na formação econômica de uma nação é imprescindível que se busque refletir acerca das condições econômicas existentes ainda no seu período gestacional. O objetivo do presente trabalho é buscar traçar um breve panorama interpretativo sobre a economia colonial adotada na América Portuguesa. Para tanto, foi feita revisão de literatura de teses consagradas dentro da historiografia econômica brasileira. As interpretações analisadas aqui são as propostas por: Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novais, João Fragoso, Manolo Florentino e a crítica de Laura de Mello e Souza ao Antigo Regime nos Trópicos. Ao longo do trabalho busca-se colocar os autores para conversar entre si, buscando oferecer uma ampla visão sobre determinados momentos do período colonial. A formação da colônia fica a cargo de Caio Prado Júnior, no qual o escritor oferece a tese sobre o “sentido da colonização”. Em seguida é analisada a empresa açucareira e mineradora apoiando-se em Celso Furtado. Posteriormente, em complemento aos escritores tradicionais (Caio Prado Júnior e Celso Furtado) é analisado Fernando Novais, apresentando a ideia do Antigo Sistema Colonial e de qual seria o “sentido final da colonização”. Como contraponto ao “Antigo Sistema Colonial”, o artigo analisa a proposta interpretativa trazida por João Fragoso e Manolo Florentino, “O Arcaísmo Como Projeto”, e o que se entende por “Antigo Regime nos Trópicos” na análise de João Fragoso. Finalmente, analisa-se a crítica de Laura de Mello e Souza ao Antigo Regime nos Trópicos. Por fim segue-se as considerações finais.

Palavras-chave: Interpretações; Caio Prado Júnior; Celso Furtado; Fernando Novais; Manolo Florentino; João Fragoso; historiografia econômica; período colonial; economia; Laura de Mello e Souza.

Sumário

1. Introdução.....	5
2. O sentido da colonização segundo Caio Prado Júnior.....	6
3. Celso Furtado.....	8
3.1. A Economia Açucareira.....	8
3.2 A Economia Mineradora.....	9
3.3 Celso Furtado e o “sentido da colonização”.....	10
4- Fernando Novais: O Antigo Sistema Colonial.....	11
5. O Arcaísmo Como Projeto e O Antigo Regime nos Trópicos.....	12
5.1 O Arcaísmo Como Projeto: João Fragoso e Manolo Florentino.....	12
5.2 O Antigo Regime nos Trópicos: João Fragoso.....	13
5.3. Resposta de Fernando Novais aos críticos do Antigo Sistema Colonial.....	16
6- Laura de Mello e Souza: O Problema do Antigo Regime nos Trópicos.....	17
7. Considerações Finais.....	20
8.Referências Bibliográficas.....	22

1. Introdução

Tratando-se do sistema colonial na América Portuguesa existem duas principais vertentes interpretativas. A primeira é a escola iniciada por Caio Prado Júnior e complementada por Celso Furtado e Fernando Novais, comumente chamada de escola “do sentido da colonização”. A segunda é a proposta interpretativa trazida por João Fragoso e Manolo Florentino, intitulada “O Arcaísmo como Projeto” e a noção de “O Antigo Regime nos Trópicos” proposta por João Fragoso.

Para atingir o objetivo de analisar, sucintamente, as interpretações sobre a economia colonial, o trabalho foi dividido em 5 partes, além desta introdução e das considerações finais, que assinalam estágios da economia colonial, buscando entendê-los por meio dos trabalhos selecionados.

A primeira parte do artigo é dedicada à formação da colônia, a diferença entre colonização por ocupação e por exploração, o sentido de colonizar a América Portuguesa e a solução dada ao problema da mão de obra, por meio de análise da introdução e do primeiro capítulo do livro “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Júnior.

A segunda parte é dada ao objetivo de entender a Economia Açucareira e a Economia Mineradora com a ajuda do célebre “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado. Analisando a segunda parte da obra “Economia Escravista de Agricultura Tropical”, enseja interpretar o fluxo de renda com o exterior (Portugal) e com o interior da colônia, a proporção entre investimento em capital (engenhos) e escravos, os custos de manutenção do engenho e qual a tendência de funcionamento da economia açucareira no longo prazo. Em seguida, revisa a economia mineradora por meio da análise da terceira parte do livro “Formação Econômica do Brasil”, parte denominada “Economia Escravista Mineira (século XVIII)” a fim mostrar como Celso Furtado examinou as modificações demográficas ocasionadas pela mineração, a divisão entre homens escravos e homens livres, o fluxo de renda dessa economia e por que o mercado interno não se desenvolveu após a crise da extração aurífera, por fim analisando como Celso Furtado se encaixa na “escola do sentido da colonização”.

Na terceira parte é discutido a interpretação exposta por Fernando Novais, se propondo a mostrar qual a função que o “Antigo Sistema Colonial” tem para a mudança dos modos de produção dentro da chamada Época Moderna e qual o “sentido final da colonização”.

Na quarta parte o artigo investiga para que serviu o comércio ultramarino na sociedade portuguesa, sobretudo para a aristocracia e a crítica destinada ao “Antigo Sistema Colonial” com préstimo do “O Arcaísmo como Projeto”, livro publicado em conjunto por João Fragoso e Manolo Florentino, e, se sustentando no primeiro capítulo do livro “O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)” escrito por João Fragoso, busca-se auferir o conceito de economia do bem comum e do papel das câmaras. Por fim analisa-se a resposta de Fernando Novais aos críticos de seu esquema interpretativo.

Na quinta parte busca-se fazer um balanço das interpretações com o apoio de “O sol e a Sombra” de Laura de Mello e Souza, na qual a historiadora, no subtópico “O problema do Antigo Regime” tece as falhas, em sua visão, do “Antigo Regime nos Trópicos”. Por fim seguem-se as considerações finais.

2. O sentido da colonização segundo Caio Prado Júnior

Para Caio Prado Jr., quando se analisa a história de um povo, é necessário analisar o sentido adotado até chegar ao ponto de síntese, quando as instituições sociais, políticas, econômicas e culturais já se formaram. Esse sentido deve ser analisado dentro de uma formação social específica, por conta das particularidades existentes na história, como é o caso da formação econômica brasileira. Em sua análise sobre o sentido da colonização adotado na América portuguesa, o autor adotou como ponto de síntese o início do século XIX, em que o resultado de três séculos de colonização havia chegado ao seu ápice e que o momento de ruptura, ou seja, de mudar ou de perecer se fazia presente.

Para se entender o sentido da colonização da América e dos trópicos, na análise de Caio Prado Júnior, é necessário antes entender as diferenças entre os dois principais tipos de colonização adotados no mundo moderno: a de povoamento e a de exploração. Se faz necessário pela hipótese de que diferentes tipos de colonização originaram diferentes arranjos institucionais.

As colonizações por povoamento se caracterizam por se concentrarem em zonas temperadas, onde o clima era parecido com o europeu, portanto, adaptação mais favorável, e por empregar agricultura de subsistência e o comércio costeiro de peles e madeiras. Os colonizadores se estabeleciam na nova terra, construindo instituições de ocupação. Buscava-se copiar as instituições europeias, dando ênfase à propriedade privada, no qual os colonos poderiam enriquecer com as atividades produtivas ali empregadas.

O que resultará deste povoamento, realizado com tal espírito e num meio físico muito aproximado do da Europa, será naturalmente uma sociedade, que, embora com caracteres próprios, terá semelhança pronunciada à do continente de onde se origina. Será pouco mais que simples prolongamento dele. (PRADO JR, 2008, p.27)

Já as estratégias adotadas de exploração, que é justamente a que foi implementada nos trópicos, implementava instituições que serviam apenas ao interesse da elite, de extrair a maior quantidade possível de recursos da colônia, sem interferências da população local. Se concentraram em zonas tropicais e subtropicais, onde o colonizador vinha por motivos puramente comerciais, para organizar a produção, empregar escravos ao processo produtivo e não para “trabalhar na terra”. Estas estratégias proporcionarão aos países da Europa a possibilidade da obtenção de gêneros que lá fazem falta, tais como tabaco e açúcar.

Para estes, o europeu só se dirige, de livre e espontânea vontade, quando pode ser um dirigente, quando dispõe de cabedais e aptidões para isto; quando conta com gente que trabalhe para ele. Mais uma circunstância vem reforçar esta tendência e discriminação. É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos. (PRADO JR, 2008, p.29)

Entendido as diferenças, é viável explorar o papel essencial que os colonos portugueses exerceram no processo produtivo na América e da solução encontrada para o problema da mão de obra, já que a ideia de povoar, inicialmente, não surge a nenhuma nação do velho mundo: é o comércio que os interessava. Utilizando da estratégia de exploração, com objetivos comerciais, os portugueses vão mais longe, para encontrar terras onde não há concorrência para a realização da produção em grande escala, em grandes unidades produtoras, em que é requerido um alto número de trabalhadores. Em um primeiro momento, Portugal utilizou-se de mão de obra indígena para dar conta da produção, mas por diferenças culturais, essa prática acabou por se provar ineficaz. Com isso em mente, Portugal, pioneiramente, decide trazer mão de obra escrava da África, para suprir a demanda de trabalho e produtividade, já que o país se utilizava e controlava esse tipo de trabalho desde 1450.

O sentido de colonização das colônias de exploração, na interpretação de Caio Prado Jr assume o aspecto de uma grande empresa comercial, com o objetivo de explorar os recursos naturais desse território em proveito do comércio europeu. E essa é causa que traz os efeitos nas instituições sociais e econômicas dos trópicos na visão do autor.

3. Celso Furtado

3.1. A Economia Açucareira

A primeira atividade exploratória realizada pelos portugueses na América portuguesa foi a extração do pau-brasil. E o primeiro esforço para que a América portuguesa se tornasse uma colônia de exploração fosse iniciada foi dada com a inauguração das capitânicas hereditárias em 1533-1534. Ao tornar homens com capitais donatários, a nação Portuguesa garantia direitos, mas também impunha deveres a esses novos proprietários. A principal obrigação era de construir moenda e engenho nas capitânicas então iniciadas.

O problema da mão de obra foi paliativamente resolvido com trabalho indígena. Em seguida Portugal usufruiu de seu próprio comércio: escravos africanos, no qual era garantida a rentabilidade e fluxo de mão de obra. Estima-se que a maior parcela do capital investido era no esforço inicial na construção de engenhos. Furtado (2007) estimou que apenas 20% desse capital era investido no fator produtivo trabalho. O restante ficava para a montagem das unidades produtivas: equipamentos e em construção.

Por meio de indagações, Celso Furtado estimou que 75% da renda na América Portuguesa fosse em decorrência da cultura canavieira. Chegando à conclusão que a renda per capita (considerando apenas assalariados) ficou em torno de 350 dólares de 1958. Essa renda ficava basicamente nas mãos dos proprietários. Estes abocanhavam em torno de 90% de todo o faturamento ofertado pela economia açucareira. Os outros 10% ficava para os custos de produção, sendo 5% para transporte e armazenamento, 2% salários de artesãos, mecânicos, feitores, etc. e 3% com gado e lenha. Se tornando uma economia de concentração de riquezas.

Dessa renda gerada, cerca de 50% era gasto com importações: artigos de luxo, vinhos, etc. E o restante dessa renda era gasta com investimentos. Quando esse provento não era reinvestido na produção, a parte excedente da renda ficava em mãos de comerciantes e investidores estrangeiros. Em tempos favoráveis do comércio sendo possível duplicar a capacidade produtiva em dois anos.

Os custos de manutenção dos engenhos não eram elevados. Visto que grandes investimentos eram feitos no início do processo produtivo na aquisição de capital fixo. Com o início da operação os custos de manutenção se concentravam em salários, gado, transporte,

importação de equipamentos, insumos, mão de obra especializada e em reposição de escravos.

Furtado (2007) observou que a tendência de crescimento da economia açucareira estava intimamente relacionada às possibilidades do mercado externo de absorver a produção, mantendo-se em um nível adequado de preços. Ou seja, dependente do impulso externo.

Como visto acima, havia a possibilidade de expansão da capacidade produtiva a cada dois anos, mas esta possibilidade não foi explorada por conta de que o preço do açúcar sofreria variações negativas no mercado internacional, gerando impacto no lucro dos senhores de engenho. Em relação aos fatores produtivos (terra, trabalho e capital) não havia empecilhos à expansão da indústria. Além disso, uma vez em operação, o engenho não tinha elevados gastos para se manter (cerca de 10% da receita).

Quando há a crise dos preços do açúcar no mercado internacional, na segunda metade do século XVII, a atividade permaneceu, embora operando de maneira diferente, com custos mínimos e liberando grande parte da mão de obra para atividades de subsistência ou expulsando-a para os currais de gado do sertão nordestino.

Conclui-se que a atividade açucareira possuía grande possibilidade de expansão e grande capacidade de permanecer no tempo mesmo quando o preço do açúcar caía. O engenho conseguia operar mesmo com baixos lucros, só deixando de operar quando os lucros não cobriam os custos (o que era muito raro). É um sistema que, quando estava no auge, não dinamizou as atividades internas, somente quando a economia colonial entra em declínio, o sistema foi estimulado à involução a outras atividades ligadas a subsistência, tal como a pecuária.

3.2 A Economia Mineradora

Na visão de Furtado (2008) um dos fatores que ajudaram o rápido crescimento da economia mineira foi o grande fluxo de imigrantes ocorrido na região. Isso é explicado pela condição de pobreza em que viviam o resto da colônia e a metrópole, e a oportunidade de enriquecimento os atraía. A emigração portuguesa não era mais financiada pelo Estado ou por donatários. O custo inicial era menor do que o requerido na produção açucareira e o sonho da fortuna trouxe muitos europeus ao Brasil; estima-se que a população de origem europeia decuplicou no século XVIII.

Apesar da base da economia açucareira e da de mineração terem sido o sistema escravista, em Minas Gerais os escravos nunca chegaram a ser maioria. Os escravos ainda tinham a possibilidade do trabalho autônomo, por meio do pagamento de quantias fixas a seus donos e garantindo a possibilidade da compra da alforria. Em relação ao homem livre, este não possuía mais a estagnação social que se verificava na economia açucareira. A diferença estrutural das duas economias se encontra na ligação com a terra. Enquanto o açúcar necessitava de grandes propriedades monoculturas, já a economia mineira, por ser dependente da extração mineral, quando a escassez de uma região era alcançada, havia a possibilidade de locomoção para outras regiões que possuíam os metais, ou seja, não era dependente de grandes dispêndios para produzir.

As potencialidades do mercado minerador eram muito superiores ao mercado açucareiro, pois as importações representavam menor proporção do dispêndio total, e a renda era menos concentrada na região das minas se comparada ao Nordeste. Por conta da maior distribuição de renda, a procura de bens de consumo corrente aumentou e houve diminuição no consumo de bens de luxo. O ouro do Brasil era exportado diretamente para a Inglaterra, por conta do déficit comercial adquirido por Portugal para com a Inglaterra e para acomodar as classes dirigentes.

O ouro da América portuguesa teve um efeito positivo na economia europeia como um todo, além de estimular sua concentração no país mais bem aparelhado para tirar dele o máximo proveito. Por conta do fluxo de ouro que tal comércio proporcionava para a Inglaterra, foi possível que sua economia se tornasse mais flexível para operar no mercado europeu. O grande acúmulo de reservas metálicas também possibilitou que a Grã-Bretanha enfrentasse as Guerras Napoleônicas.

O mercado interno não se desenvolveu porque não houve criação de nenhum tipo de atividade econômica permanente na região, a insistência em investir na atividade mineradora quando esta estava em decadência, ao passo que poderiam investir em novas práticas, a falta de articulação econômica da região somada à difícil comunicação da época, propiciou a formação de vários núcleos demográficos isolados, caracterizados por economias de subsistência de baixa produtividade.

3.3 Celso Furtado e o “sentido da colonização”

Celso Furtado e Caio Prado Jr, inegavelmente autores necessários ao entendimento da formação econômica brasileira, compartilham a visão de que a colonização da América

portuguesa não estejam ligadas a questões de povoamento, mas sim de caráter puramente exploratório. Caio Prado foi pioneiro, no Brasil, na investigação sobre o período colonial utilizando-se do marxismo como metodologia. Já Celso Furtado logrou uma perspectiva mais economicista e se fundamentou em diversificadas análises para criar uma maneira peculiar e própria de investigar a história econômica. Em sua perspectiva há elementos que passam por autores da economia política clássica, tal como Marx e David Ricardo, ao keynesianismo, o que o fez chegar a elementos comuns de Caio Prado Jr, mesmo que por vias metodológicas diferentes.

Em sua astuta análise dos sistemas econômicos que operaram no período colonial, Furtado investiga o fluxo de renda dentro do sistema, a organização dos fatores produtivos (terra, trabalho e capital), a distribuição dos bens dentro do sistema produtivo e das possibilidades de expansão e retração dos sistemas econômicos. Ou seja, um grande impacto das ciências sociais, principalmente da economia, em seu exame historiográfico.

As vias de convergência de Caio Prado e de Celso Furtado, e, assim enquadrando este na “escola do sentido da colonização” se dão nos seguintes aspectos: a visão de que a colônia instalada na América portuguesa se deu com o objetivo de instalar uma grande empresa produtora de bens tropicais destinados ao mercado europeu, com o centro de decisão política e econômica concentrados na Metrópole. Portanto, a arguição da formação nacional passa pelas diretrizes do comércio internacional, aquela inserida nesta.

4- Fernando Novais: O Antigo Sistema Colonial

Fernando Novais em sua tese sobre o Antigo Sistema Colonial, analisa esse sistema como um emaranhado de relações tendentes a estabelecer o quadro institucional para que a vida econômica da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais. Com o centro de decisão localizado na metrópole e a colônia subordinada a essas decisões. Essas relações acontecem dentro da chamada Época Moderna, período marcado entre a idade média e a idade contemporânea e que se processa por meio de um conjunto de relações sob a forma mercantilista de colonização. A colonização do Novo Mundo acontecendo nessa época apresenta-se como uma parte de um todo que visava a acumulação primitiva, a constituição do capitalismo e da sociedade burguesa.

Fernando Novais teve também como foco em sua análise o “exclusivo metropolitano” e o tráfico de escravos para explicar as mudanças dos modos de produção na Época Moderna

e o surgimento do capitalismo na Europa. Ao explicar o exclusivo usou o termo regime comercial, ou seja, os colonizadores obrigavam as colônias a venderem e comprarem artigos unicamente para e das metrópoles. Esse exclusivo ocasionou na implantação da produção de artigos de grande valor ao comércio internacional, ao surgimento da sociedade polarizada entre senhores e escravos e na concentração dos fatores produtivos no fabrico de mercadorias-chave. Por essas relações estarem estreitamente relacionadas nas suas conexões com o capitalismo comercial, formou-se um dos pilares para o capitalismo moderno.

O outro pilar que o autor coloca é do tráfico de escravos ter sido um dos setores mais rentáveis do comércio colonial. A Europa no século XV e XVI passava por uma mudança estrutural em relação ao trabalho. O trabalho assalariado tomava as suas formas e se mostrava mais produtivo ao sistema mercantil do que o escravo. Então Portugal abriu os olhos para uma nova oportunidade: a implementação do sistema escravista nas colônias. Uma nova oportunidade para esse sistema criar um importante setor do comércio colonial, esse comércio fluiria para as metrópoles. Para Novais: “Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro é que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário”.(NOVAIS, (2001, p.105).

O sentido final da colonização, na visão de Fernando Novais, é criar as condições para o surgimento do capitalismo na Europa. Fernando Novais amplia a noção do “sentido da colonização”.

5. O Arcaísmo Como Projeto e O Antigo Regime nos Trópicos

5.1 O Arcaísmo Como Projeto: João Fragoso e Manolo Florentino

João Fragoso e Manolo Florentino iniciam o segundo capítulo do livro “O Arcaísmo Como Projeto” fazendo um estudo sobre os modelos explicativos da economia colonial. Passando pelas análises de Caio Prado, Celso Furtado, Fernando Novais, Ciro Cardoso e Jacob Gorender, os autores analisam como a historiografia econômica brasileira, no que concerne ao período colonial, se dividiu em duas vertentes interpretativas.

Após essa investigação que os autores levam o leitor, empreende-se a busca por uma nova abordagem interpretativa sobre o período colonial. Nessa abordagem proposta por João Fragoso e Manolo Florentino a colonização não é vista como servindo de instrumento para a passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa. O comércio ultramarino na sociedade

portuguesa serviu para reproduzir a continuidade da sua aristocracia e assim, não se lançando à modernização e dinamização de sua economia interna. Além disso, houve o controle dos brasileiros do tráfico de escravos o que acabou por ocasionar o declínio do poder das elites coloniais.

Ao contrário dos autores do “sentido da colonização”, Fragoso e Florentino veem uma acumulação interna na colônia por conta de haver uma classe mercantil no Brasil que conseguia acumular recursos produtivos independentemente da metrópole. Essa visão é justificada por conta dessa classe mercantil brasileira conseguir trocar produtos tropicais por escravos diretamente com Angola e não passando por Portugal.

Para comprovar seus argumentos de que a expansão ultramarina portuguesa serviu para aumentar o poder estatal e privilegiar a aristocracia até o século XVIII, quando há a sedimentação desse quadro, os autores analisam a estrutura econômica e o papel exercido pelo Estado dentro da sociedade portuguesa começando pelo século XIV. Por uma análise minuciosa mostram como as tenças e mercês (concessão de terras, privilégios e direitos para atuar nas colônias) serviu para expandir o desejo, por parte da burguesia, de se tornar nobre. O acúmulo de riqueza pela burguesia tinha a finalidade última de adquirir títulos, diferentemente da burguesia da França e da Inglaterra, ou seja, a Aristocracia portuguesa vivia de favores oferecidos pelo Estado.

5.2 O Antigo Regime nos Trópicos: João Fragoso

No primeiro capítulo do livro “O Antigo Regime dos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVII)”, denominado “A Formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”, João Fragoso examina as condições à época colonial do império português e do Atlântico para a formação da sociedade e da economia colonial do Rio de Janeiro, a rápida expansão desta, o conceito de economia do bem comum e a formação das “melhores famílias da terra” e de um mercado dominado por “bandos”.

Em primeira instância é feita uma análise genealógica das primeiras famílias que viriam a se tornar as “melhores famílias da terra”, que o período entre 1612 e 1629 fora uma época decisiva para a montagem da economia escravista e exportadora de Guanabara e que a acumulação primitiva ocorreu entre 1566 e 1620. Para responder a como a economia de plantation se financiou João Fragoso analisa as conjunturas do império e do Atlântico.

A partir de meados do século XVI o Império português passou por diversos ataques nas suas diversas fronteiras coloniais, produzindo o recuo do Estado na economia e o avanço de poderosos banqueiros mercadores, aliados a nobreza portuguesa. A sociedade do Antigo Regime dependia direta ou indiretamente do império comercial. Ou seja, quando as circunstâncias do ultramar não iam bem, isso se traduzia em crises na metrópole, desde fomes até crises de mortalidade.

Em desencontro com as desventuras do mar, no Atlântico a conjuntura ia bem. A população da América lusa passou de 6500 pessoas para 150 mil em apenas meio século e o tráfico de escravos em Luanda passou de uma média anual de 2600 pessoas, em 1575-1587 para 5032 entre 1587 e 1591. Visto isso, o império ultramarino começava a se indagar onde prioritariamente se alicerçar: se na Índia ou no Atlântico. Houve uma maior preocupação com Angola e com a América portuguesa, porém ainda a América portuguesa não cumpria o papel de destaque que fará no século XVIII.

As ‘melhores famílias da terra’, como comprova João Fragoso, são frutos da pequena fidalguia, de homens que fogem da pobreza, ou egressos da ‘elite’ de uma capitania pobre. Com isso em mente, o autor parte para a resposta de como se pagou a montagem da economia de plantation na Guanabara. Em primeira instância há a refutação da hipótese de Celso Furtado, de que a empresa açucareira tenha sido custeada por capital advindo dos Países Baixos. Em seguida apresenta como o negócio bandeirante de apresamento de índio foi comum entre as primeiras famílias constituintes da futura elite colonial. Esse apresamento representava mão de obra e acúmulo de recursos. Não só os vicentinos, que representavam cerca de 65% das famílias de conquistadores se ligavam ao negócio de captura e venda de gentios da terra, como comprova o relacionamento de Salvador Correia de Sá e Martim de Sá que vieram a se tornar governadores. Além desse empreendimento, há mais duas suposições de como a economia de plantation se financiou e fez a sua acumulação primitiva: com o comércio negreiro (surgia como necessidade de sustentar uma hierarquia social baseada na diferença de qualidades) e a produção de alimentos e de cana. Esses empreendimentos podiam ser colocados em prática individualmente ou simultaneamente. Ou seja, a constituição das fortunas advieram de três instituições herdadas da sociedade lusa: conquistas, a administração real e o domínio da câmara (instituição que lhes deu a possibilidade de intervirem na rotina da nova colônia).

Para analisar os fenômenos acima mencionados com mais minúcia, partimos para a análise do conceito de economia do bem comum.

Esse conceito nos mostra que houve a criação de uma elite local, exercendo o poder por meio das câmaras, com interesses próprios, mesmo que ligadas à metrópole por conta do sistema de mercês e das conquistas, baseando-se em um sistema de reciprocidades. Essas práticas do Antigo Regime abriram caminho para a formação das ‘melhores famílias da terra’.

O sistema de mercês era uma prática comum no Antigo Regime, tendo suas bases advindas das guerras da reconquista. Esse sistema se baseava na troca. Quando um súdito ou uma família (principalmente aristocratas) prestavam serviços à Coroa, o rei concedia terras e privilégios em troca desses serviços prestados. Em consequência dessa prática, a aristocracia portuguesa veio a ser constituída por beneficiários do rei, diferentemente dos aristocratas da França e da Inglaterra.

A partir de 1415, com a conquista de Ceuta, esse costume foi levado ao ultramar, ou seja, esse sistema foi disseminado pelo Império, não estando exclusivamente associado à Portugal. Nas ‘conquistas’, por não haver ainda uma distinção muito clara da coisa pública e da privada, além dos vencimentos conquistados, havia ainda a concessão de postos administrativos e militares aos provedores de serviços à Coroa, proporcionando privilégios mercantis, viagens marítimas em regime de exclusividade ou isenção de taxas e de direitos alfandegários. Essa práxis não era privilégio somente da aristocracia, sendo passada a antigos soldados e para pessoas de origem não nobre que proviam serviços nas ‘conquistas’. Além disso, esse sistema permitia a formação de fortunas e para a Guanabara, especificamente, essa prática, junto das prerrogativas das câmaras permitiu a formação da economia de plantation.

Outra prática e instituição que se deve dar atenção são as câmaras e as conquistas. Aquelas, em nome do bem comum da república intervinham controlando serviços e preços essenciais ao abastecimento da cidade, além dos fretes para o reino e o preço do açúcar, ou seja, ao pacto colonial. Estas derivaram das chamadas ‘guerras justas’, que possibilitaram aos ‘conquistadores’ a distribuição de territórios e dos gentios da terra.

Portanto, a acumulação de práticas parecidas nos dois lados do Atlântico (na América e na Europa) permitiram ao Império uma série de mecanismos que podem ser chamados de economia do bem comum. Este conceito só fica completo quando se considera que encerrava uma forma particular de apropriação do excedente social. Os eleitos da câmara eram bancados pelo público, ou seja, se identificando com a república.

Para completar o conceito de economia do bem comum é necessário que se atente ao fato desta ter em sua base uma rede de reciprocidades. Envolvendo uma complicada

engenharia política, que ia desde casamentos/dotes com tradicionais famílias da ‘nobreza da terra’ ao ‘fornecimento de serventias’ de ofícios dos quais eram proprietários. Frago (2001) decidiu colocar ‘fornecimento de serventias’ entre aspas pelo fato de “que tal prática era privilégio do rei, e somente em certas circunstâncias elas podiam ser concedidas pelo governador da localidade.” Essa rede ultrapassava as fronteiras do interior, chegando ao Rio de Janeiro e, talvez, o Atlântico chegando à sede administrativa portuguesa.

Enfim, a montagem da economia de plantation no Rio de Janeiro passou por uma complicada receita ditada pelo Antigo Regime: a conquista de terras e homens, o sistema de mercês e a câmara.

5.3. Resposta de Fernando Novais aos críticos do Antigo Sistema Colonial

Fernando Novais, no capítulo “Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa” do livro “História da Vida Privada no Brasil”, publicado em 1997, analisa as estruturas mais gerais do “Antigo Sistema Colonial” e as expressões do privado no cotidiano da colônia, além de responder, mesmo que brevemente, aos críticos de seu modelo. Após mostrar como todos os aspectos da colonização moderna contribuíram para formar um quadro de “sensações contraditórias” no viver em colônias, o autor atribui essas sensações como advindas do sentido mais geral da colonização, qual seja, a acumulação externa. Esse sentido está localizado na Época Moderna, ocorrendo simultaneamente com a formação dos estados, a expansão mercantil, as reformas religiosas e a mutação cultural no interior das colônias.

No segundo capítulo de sua tese, defendida em 1973, Novais buscou articular a exploração das colônias ao processo de formação do capitalismo, conseqüentemente com um mecanismo voltado para fora, comercial. Mas, além disso, ela resultou em um mecanismo de estímulo à acumulação primitiva de capital mercantil autônomo no centro do sistema (NOVAIS, 2012).

É justamente nessa parte que Fernando Novais responde aos críticos de seu esquema interpretativo em o “Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa” na nota de rodapé número 15 e tece algumas observações a respeito das críticas.

“Quando falamos da exploração, estamos deslindando mecanismos de conjunto do sistema colonial, isto é, das relações entre o conjunto do mundo colonial e o mundo metropolitano em seu conjunto. O fato de uma metrópole não ter assimilado as vantagens da exploração

colonial em seu desenvolvimento não prova a inexistência dessa exploração, quer dizer apenas que perdeu a competição inter-metropolitana. Acumulação para fora, externa, refere-se a tendência dominante do sistema. Não se trata, desde logo de uma formação social capitalista que se elabora sem acumulação originária de capital comercial autônomo, refere-se a área de produção (as colônias) em direção às metrópoles; nada tem que ver com um processo externo ao sistema, que envolve, por definição metrópoles e colônias. Não cabe, portanto, a increpação de obsessão com as relações externas (porque não estamos falando de nada externo ao sistema), nem de desprezo pelas articulações internas, pois estas não são incompatíveis com aquelas; trata-se, simplesmente, de enfatizar um ou outro lado, de acordo com os objetivos da análise. Nesta mesma linha, os trabalhos recentes e de grande mérito sobre o mercado interno no fim do período colonial, não refutam (como seus autores se inclinam a acreditar) de maneira nenhuma aquele esquema que gostam de apodar de “tradicional”; o crescimento do mercado interno é, pelo contrário, uma decorrência do funcionamento do sistema, ou, se quiserem, a sua dialética negadora estrutural.” (NOVAIS, 2012, p.448).

O que se percebe nessa resposta é que enquanto os críticos focalizam o objetivo de suas análises no comportamento separado das metrópoles (monarquias ibéricas), Novais analisou a dinâmica geral do sistema, com isto não deixando de lado o mercado interno, mas sim entendendo este articulado com as manifestações gerais da Época Moderna, qual seja o caráter mercantil da exploração que possibilitou a transição ao capitalismo industrial no século XVIII à Europa.

6- Laura de Mello e Souza: O Problema do Antigo Regime nos Trópicos

Em uma crítica muito pertinente ao Antigo Regime nos Trópicos, Laura de Mello e Souza enxerga que um problema com o estudo desenvolvido por Fragoso, Bicalho e Gouveia (2001) é em relação a minimizar o papel da escravidão enquanto elemento constitutivo da sociedade luso-americana no século XVIII, nas palavras da autora, o escravismo sendo “o sistema complexo que articulava as relações sociais naquela formação social.” (SOUZA, 2006, p.20). Não há questionamento em relação a qualidades das análises, mas sim no que concerne ao aspecto conceitual. Ao transformar a América portuguesa em uma ‘cópia’ da antiga sociedade lusa, João Fragoso, se baseando nas análises de Antônio Manuel Hespanha, que insiste em atenuar o papel do Estado e do antagonismo de interesses entre colonos e

reinóis. Além da formulação de conceitos confusos, tal como economia do bem comum e economia política de privilégios.

Enfatizando que o termo de “Antigo Regime nos trópicos” escolhido pelos autores tenha se dado por conta de assinalar um ‘locus’ onde a política comandava a economia, a historiadora sinaliza que há implicações mais profundas e que Sistemas Coloniais representaria melhor a acepção do que estava ocorrendo na América portuguesa.

Buscando em autores como Tocqueville, Behrens, Pierre Goubert e François Furet, Souza (2006) se aventura em encontrar uma definição clara de antigo regime. Sinalizando que seja fruto de um contexto histórico específico, pontua que inicialmente foi um termo cunhado para representar o cotidiano e os governos franceses anteriores a 1789, mas que, aos poucos, foi se cunhando em um fenômeno mais geral, representando a Europa. Mirabeau, personagem analisado por Tocqueville, via o Antigo Regime à imagem do feudalismo, que, além da centralidade do poder tinha como base a sociedade desigual dos privilégios. Um tempo depois, com a publicação de seu livro em 1856, o autor enxerga que “o antigo regime era comum a toda Europa, e sua ruína mostrava-se geral”, tendo também como elemento constitutivo o absolutismo monárquico com centralismo administrativo. Catherine Betty Abigail Behrens, como demonstra Souza (2006), apontou o antigo regime como a uma época em que a Europa se encontrava em um momento em que a consciência nacional ainda não estava moldada para fazer frente a “autoconsciência eufórica e triunfante de um leque de povos distintos em busca de unidade”. Furet, aponta que “a essência do antigo regime é justamente a supressão dos poderes concorrentes: “A monarquia absoluta não é senão essa vitória do poder central sobre as autoridades tradicionais dos senhores e das comunidades locais”, diz.”(SOUZA, 2006, p.66). Portanto, não é compatível lograr “antigo regime” à América portuguesa por conta desta nunca ter conhecido as estruturas feudais no seu cotidiano.

Conforme pontua Laura de Mello e Souza:

“O que houve nos nossos trópicos, sem dúvida, foi uma expressão muito peculiar da sociedade de antigo regime europeia, que se combinou, conforme análise que os autores de O Antigo regime nos trópicos buscaram programaticamente evitar com o escravismo, o capitalismo comercial, a produção em larga escala de gêneros coloniais - que nunca excluiu a de outros, obviamente -, com a existência de uma condição colonial que, em muitos aspectos e contextos, opunha-se à reinol e que durante o século XVIII, teve ainda de se ver com mecanismos de controle econômico nem sempre eficaz e efetivo, mas que integravam, qualificavam, e

definiam as relações entre um e outro lado do Atlântico: o exclusivo comercial.”(SOUZA, 2006, p.67).

Ou seja, o conceito de Antigo regime nos Trópicos se enriquece quando considerado em suas relações com o Antigo Sistema Colonial. Em “Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial” de Fernando Novais, este procura mostrar as relações das metrópoles com as suas colônias em um período delimitado: a Época moderna. Nisso o autor nos forneceu uma ferramenta para assimilar as relações específicas do mundo que se construiu nos trópicos e à inextricável ligação da colônia com a metrópole, a África e a Europa. A particularidade da América portuguesa se concentra no que diz respeito a nesse novo mundo não ter simplesmente incorporado as noções de Antigo Regime às suas demarcações, mas sim a intensa recriação deste por meio da incorporação do trabalho escravo e do tráfico negreiro.

No período entre 1640, quando há extinção da União Ibérica, ao período pombalino, há o aumento da centralização política e subordinação a Portugal, como consequência há uma necessidade de refazer as relações com os domínios ultramarinos e como bem colocou Laura de Mello e Souza: “as terras brasílicas integraram o mundo do Antigo Regime por meio do antigo sistema colonial”.(SOUZA, 2006, p.69).

Uma história no qual a análise das semelhanças em objetos diferentes (no caso metrópole e colônia) tende a triunfar ante a especificidade e, que esta se limite ao caráter tropical é, no mínimo, algo repreensível. Uma ideia de Antigo Regime nos trópicos tende a suavizar as contradições e privilegiar as lentes europeias, inclusive no campo da historiografia.

7. Considerações Finais

O que se buscou nesse estudo foi investigar e fazer um panorama sobre algumas das principais contribuições interpretativas sobre a economia colonial na América portuguesa e averiguar no que elas se distanciam e se aproximam. O artigo se fundamentou em autores tanto do período dos “intérpretes do Brasil” (1930-1960), como Caio Prado Júnior e Celso Furtado, tanto do período dos “especialistas em Brasil” (após 1960), quando há a introdução da pós-graduação no Brasil, e os autores escolhidos deste período foram: Fernando Novais, Manolo Florentino, João Fragoso e Laura de Mello e Souza.

O modelo do Sentido da Colonização, proposto por Caio Prado Júnior e desenvolvido por Celso Furtado e Fernando Novais, trata a sociedade colonial como uma projeção imediata da expansão comercial europeia, resultando no trinômio escravismo/grande propriedade/monocultura.

Caio Prado Júnior entendeu a colonização nos quadros da expansão comercial europeia, Novais aprofunda a análise e entende a expansão comercial dentro dos quadros da História Moderna, este período servindo como pano de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa.

Celso Furtado analisa que o principal problema da colônia é a não formação do mercado interno. Já Fernando Novais enxerga que o setor interno está articulando com o setor externo e, à medida que a colonização avança, surge conflitos entre o mercado interno e externo, o que caracteriza a gestação da ruptura do Antigo Sistema Colonial.

No quesito escravidão, Caio Prado Júnior e Celso Furtado identificam que foi a única opção viável para a colonização, por conta de que o assalariamento e/ou a pequena propriedade surgiram colônias de povoamento. Este ainda sinaliza que a passagem da escravidão indígena para a africana se constituiu puramente pela expansão da empresa açucareira e, conseqüentemente, para suprir a necessidade de mais braços para trabalhar. Já Fernando Novais enxerga a opção pela escravidão africana tendo como perspectiva os interesses comerciais da metrópole, ou seja, a escravidão foi implementada na América para garantir lucros à metrópole e não por quesitos raciais ou culturais.

Já João Fragoso e Manolo Florentino tecem críticas ao Antigo Sistema Colonial. Veem como problemas dessa tese que na Era Moderna, olhando especificamente para Portugal, a centralização política não era comandada pela burguesia, mas pela nobreza, com o Antigo Regime juntando as esferas políticas e econômicas para montar um Estado com bases arcaicas e não de encontro ao capitalismo industrial por meio do capitalismo comercial. A autoridade para com as colônias era, de certa maneira, negociada e aplicada por meio da

economia do bem comum, o que fez com a centralização política não fosse absoluta, mas compartilhada. Ao ver o mercado interno articulando-se com o mercado externo e este imprimindo a dinâmica ao sistema, Novais tende a não dar importância ao mercado interno. Fragozo apreende um sistema com autogoverno, sendo orquestrado pelas câmaras impondo as diretrizes da política, da sociedade e da economia. Com análises minuciosas de fontes documentais, busca mostrar que a reprodução social ocorreu internamente ocasionando na formação de fortunas coloniais, contrariando a ideia de exploração colonial.

Mas, cabe acrescentar a isso que a economia de plantation só foi formada para atender as demandas do mercado externo (ou seja, esta imprimindo dinâmica ao sistema), o que contraria tamanha essência dada aos circuitos internos pelos autores do Antigo Regime nos trópicos. Todo o foco revisionista dado ao caráter de acumulação interna do tipo não capitalista, como o aprisionamento de gentios e a posse de terras não se constituía em acumulação endógena por ser condição para exploração colonial. A reprodução interna, então, dependia dos bons ventos do Atlântico Sul, com o controle econômico se conseguia a dominação política, como bem pontuou Novais “a imbricação (não estão indistintas, mas ainda não estão separadas) da esfera pública e privada”. Como bem colocou Laura de Mello e Souza: “Em suma, o entendimento da sociedade colonial de Antigo Regime nos trópicos beneficia-se quando considerada nas suas relações com o antigo sistema colonial”.(SOUZA, 2006, p.67)

O trabalho não buscou apontar qual o modelo correto e incorreto. Até porque um modelo é uma representação da realidade e a exatidão quase sempre é exceção nesse contexto. Mas sim esmiuçar como podem ser, de certa maneira, complementares.

8.Referências Bibliográficas

FRAGOSO, João L. R; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.** [Capítulo 2 – Sobre os modelos explicativos da economia colonial, pp. 25 -59];

FRAGOSO, J. L. R. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)." In: FRAGOSO, J. L. R., Bicalho, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, J. L. R., Bicalho, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª Edição, São Paulo: Cia Editora Nacional, 2007. [Parte 2: Economia escravista de agricultura tropical]

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª Edição, São Paulo: Cia Editora Nacional, 2007. [Economia escravista mineira: século XVIII]

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)**. 7ª Ed., São Paulo: Ed. Hucitec, 2001. [Capítulo II – A crise do Antigo Sistema Colonial]

NOVAIS, Fernando A. **História da Vida Privada no Brasil**. 12ª Ed., São Paulo: Ed. Schwarcz LTDA, 2012. [Capítulo I – Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa]

PRADO JR., CAIO. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**; São Paulo: Cia das Letras, 2008. [Introdução e Cap. 1: O Sentido da Colonização]

SOUZA, L.M. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. Companhia das Letras, 2006.